

ARTIGO - DOSSIÊ

**“QUANDO SAHIR DE CAZA,
ARME-TE COM O SIGNAL DA CRUZ”:
INSTRUÇÕES PARA A ROTINA DE UM MENINO
CRISTÃO EM UM MANUAL PEDAGÓGICO
PORTUGUÊS DO SÉCULO XVIII**

**“WHEN TO LIVE HOME,
ARM YOU WITH A CROSS SIGN”:
INSTRUCTIONS FOR THE ROUTINE OF A CHRISTIAN
BOY IN A PORTUGUESE PEDAGOGIC MANUAL OF THE
18TH CENTURY**

GIANA LANGE DO AMARAL*

FERNANDO CEZAR RIPE**

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar enunciados religiosos para o cotidiano da infância masculina presentes no manual pedagógico *Escola Nova, Cristã, e Política, Na qual se ensinão os primeiros rudimentos, que deve saber o Menino Cristão, e se lhes dão regras para com facilidade, e em pouco tempo aprender a ler, escrever e contar*. Publicada em Portugal inicialmente no ano de 1756, a obra de autoria de Francisco Luiz Ameno (1713-1793) foi registrada com o pseudônimo de D. Leonor Thomasia de Sousa e Silva. Ao enquadrar o manual na categoria de *Literatura de Comportamento Social*, interessa-nos, em particular, verificar as instruções que o autor prescreveu para a rotina de um menino cristão, no contexto setecentista português. Nesse sentido, o conjunto das práticas recomendadas foi percebido aqui como mecanismo para a produção de máximas morais e de comportamentos socialmente desejáveis, que constituiu modos específicos de ser sujeito infantil em Portugal no século XVIII.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Cristã; Infância; Literatura de Comportamento Social; Século XVIII.

ABSTRACT

This article aims analyze certain religious statements to the daily life of male childhood present in the pedagogical manual *Escola Nova, Christã, e Política, Na qual se ensinão os primeiros rudimentos, que deve saber o Menino Christão, e se lhes dão regras para com facilidade, e em pouco tempo aprender a ler, escrever e contar*. Published in Portugal initially in the year 1756 a work authored by Francisco Luiz Ameno (1713-1793) was recorded by the pseudonym d. Leonor Thomasia de Sousa e Silva. By framing the manual in the category of Literature of Social Behavior, we are particularly interested in verifying the instructions that the author prescribed for the routine of a Christian boy in 18th century Portuguese context. In this sense, the set of best practices were perceived here as mechanisms for the production of moral maxims and socially desirable behaviors that constitute specific modes of being childish boy in Portugal in the 18th century.

KEYWORDS: Christian education; Childhood; Literature of Social Behavior; The 18th Century.

Introdução

Contemporaneamente, o que entendemos por infância, a apropriação de todo saber relativo ao sujeito infantil, é efeito de históricas relações de poder-saber que incidiram sobre esta categoria.¹ Ser-criança e as formas de dizer e ver a infância foram constituídos ao longo dos últimos três séculos a partir de diferentes modos de subjetivação, que forjaram uma relação discursiva entre a infância e as configurações de nossa sociedade e as distintas instituições (igrejas, escolas, hospitais, exércitos). Problematizar a infância como uma invenção histórica significa romper com a concepção de que a criança faz parte de um desenvolvimento natural do ser humano.² Assim, neste artigo, a intenção é percebê-la como uma categoria. E, como tal, possível de que sejam interrogados os seus modos de constituição, analisando como as normas, os mecanismos e os arranjos institucionais criados pela Igreja foram eficientes tecnologias para o assujeitamento do sujeito infantil.

Nesse sentido, há que se destacar que o século XVIII europeu teve primazia na apropriação dos saberes relativos à infância. Mais especificamente, neste estudo, centramos a análise no Império luso, uma vez que este espaço foi marcado pela proliferação da cultura escrita e impressa que orientavam e prescreviam o gerenciamento da infância.³ Grande parte destes impressos podem ser enquadrados em um gênero literário, a *Literatura de Comportamento Social*,⁴ que ganhou circulação no Império português setecentista. Cabe ressaltar, que o aperfeiçoamento da imprensa garantiu condições de possibilidades para que a expansão dos escritos de religião, filosofia, teatro, romances, política, ciências naturais, história, medicina, contos, cartas e relatos ganhassem crescente espaço nas livrarias e bibliotecas europeias.⁵

Desde o final do século XVII e início do XVIII, obras de cunho religioso, médico, filosófico, mas principalmente pedagógicas, ganharam reconhecimento nos segmentos da cultura letrada portuguesa, bem como na sua principal colônia, na intenção de se adequar as transformações sociais, culturais e políticas modernas ocorridas no centro da Europa. Importa destacar que com o pensamento iluminista desenvolvia-se uma nova ordem para a constituição do sujeito moderno. Aspirava-se a uma sociedade marcada pelas luzes do pensamento racionalista, cuja formação se daria através da educação como meio de organização da vida social. Em Portugal, no entanto, esse pensamento racionalista, que previa a constituição de um sujeito racional, na *Literatura de Comportamento Social*, estava intimamente relacionado com o discurso doutrinário e moral da Igreja Católica. Assim, ao longo do século XVIII português, a Igreja

continuou ocupando lugar inquestionável na produção de modos de se pensar o gerenciamento das condutas infantis.

Neste contexto, surgem obras como a *Escola Nova, Christã, e Política, Na qual se ensinão os primeiros rudimentos, que deve saber o Menino Christão, e se lhes dão regras para com facilidade, e em pouco tempo aprender a ler, escrever e contar*, publicada inicialmente em Lisboa no ano de 1756, pelo leigo, mas profundamente devoto e religioso, Francisco Luiz Ameno (1713-1793). Ameno exerceu a função de pedagogo, instruindo aulas públicas para “meninos e alguns fidalgos da primeira nobreza”.⁶ Porém, se popularizou na Corte por ser importante e reconhecido tipógrafo do século XVIII, tendo escrito e traduzido inúmeras obras em língua portuguesa, grande parte delas de cunho religioso.

O manual que analisamos nos fornece pistas para compreender a infância como uma invenção moderna.⁷ Como produção histórica e cultural constituída através de “práticas discursivas e não discursivas em que tais saberes se imbricam em mecanismos de poder, cujo resultado acaba sendo a produção de uma infância governada, segundo normatividades da sociedade que se empreende”.⁸ Nesse sentido, sua existência é marcada por atravessamentos de “processos de acumulação de saberes sobre o corpo, o desenvolvimento, as capacidades, as vontades, as tendências, as brincadeiras, as fragilidades, as vulnerabilidades, os instintos, as paixões e as potências infantis”.⁹

É nesse contexto de reformas políticas e renovação cultural que as instruções para ler, escrever e contar foram amplamente difundidas, de modo a intensificar as práticas educativas tanto institucionalizadas em

espaços escolares, como nos ambientes domésticos. Nesse sentido, o objetivo principal neste artigo é refletir, através de um procedimento *analítico-descritivo*, o processo de constituição do sujeito infantil menino e cristão firmado pelo autor Francisco Luís Ameno em Portugal durante o século XVIII.

Assim, neste estudo buscamos caracterizar os modos de constituição dos sujeitos, neste caso os sujeitos pertencentes à categoria infância, enquadrando a obra *Escola Nova, Cristã, e Política* como parte de um compositório de manuais, tratados, dicionários, epístolas, missais entre outros que compõem o filão textual da Literatura de Comportamento Social. Para tanto, propomos uma abordagem de análise a partir de um referencial teórico-metodológico foucaultiano, pois este nos possibilita não apenas verificar a rotina prescrita de um menino cristão como simples aditamento do catecismo, mas como um engendramento de práticas coersitivas que foram eficientes mecanismos para moldar e conformar discursivamente o sujeito infantil.

A peculiaridade do manual e suas estratégias discursivas

A edição da obra que aqui está sendo considerada foi publicada no ano de 1813 na Bahia (Brasil), na Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva, sob a forma de um pequeno livreto de mão, capa dura com lombada, totalizando 299 páginas. Este suporte e formato, muito comum no período, era visivelmente favorável ao transporte, ao manuseio e à leitura. A análise que nos propomos não se restringe apenas ao método de ensino proposto por Ameno em sua obra, mas, principalmente, na

identificação de certos enunciados que indicam como deveria se dar a rotina de um menino cristão.¹⁰ Nesse sentido, sua análise decore do diálogo entre práticas pedagógicas e práticas culturais. Isso porque uma vez que a obra incita tanto as dimensões pedagógicas de escrita e leitura, como políticas, que se desdobram em modos de direcionar o comportamento do sujeito infantil cristão em processos regulares, previsíveis e fixados. Deste modo, identificamos algumas estratégias discursivas, utilizadas por Ameno, que contribuiriam para a proposição de um cotidiano infantil regulado e controlado minuciosamente. Decerto o uso de estratégias discursivas associado ao modelo de escrita prescritiva, garantiram o relativo sucesso editorial da obra no Setecentos.

No período analisado, obras caracterizadas como pedagógicas e didáticas, que além de privilegiar o ensino de diferentes áreas do saber, também instruíam cuidados e boas maneiras na educação das crianças, eram bem recebidas pelo público interessado tanto, em aprender a ler e escrever – ter domínio da língua portuguesa –, como em valorizar as relações e comportamentos sociais urbanos e da alta nobreza – cortesia, polidez, refinamento.

A primeira peculiaridade que se apresenta no texto, e, que nos despertou o interesse para a sua análise, foi a autoria feminina de D. Leonor Thomasia de Sousa e Silva. Algo incomum ao período uma mulher ser identificada como autora de textos que se enquadram no gênero das produções escritas relativas à educação ou à propagação de conhecimentos históricos e científicos. Porém não raro quando se refere às instruções de cortesia e bons comportamentos para crianças de ambos os sexos.

Contudo, é importante destacarmos que, neste período, o papel fundamental na educação dos filhos está a cargo do pai que dependendo de suas condições financeiras buscará no serviço dos Mestres, preceptores ou, mesmo, aias as primeiras aprendizagens da criança. Cabe então à mãe, tarefas condizentes com a sua condição, “higiene diária, o acompanhamento dos filhos nos primeiros anos de vida”.¹¹

Isa Maria Severino elencou algumas motivações que levaram Francisco Ameno a utilizar o pseudônimo de D. Thomasia. De acordo com a autora:

Apesar de no decorrer do século XVIII o número de obras anônimas ou assinadas sob um pseudônimo ser uma prática generalizada, a verdade é que a utilização de um pseudônimo podia ter diferentes motivações. Podia ser um artifício utilizado para distanciar o autor de um certo compromisso com a obra, retirando-lhe o cariz pessoal, ou uma forma de, para quem desejava ocultar a sua identidade, obter protecção na medida que permitia preservar a sua vida particular em relação ao trânsito da publicação.¹²

Todavia, o fato de Francisco Ameno ser um devoto cristão que editou em sua tipografia inúmeras obras clericais,¹³ nos conduz a acreditar que se trate de um voto de humildade. Esta hipótese é reforçada, na medida em que analisamos a dedicatória realizada pelo autor, sob a alcunha de D. Leonor Thomasia, quando afirmava se tratar de uma mulher “nescia e ignorante” que “dispida de vaidades” poderia não aspirar a fama e a glória da autoria de um livro.

Ao realizarmos o cotejo da fonte com outras produções teóricas que se enquadram na categoria de *Literatura de Comportamento Social*,

constatamos que a dedicatória não se distingue, assemelhando-se ao modelo em que se propunha aproximar-se do leitor.

Amados Filhos, (que assim vos devo chamar, pois no amor todos o sois) não deveis estranhar que huma Mulher nescia, e ignorante pertenda dar-vos documentos para a boa educação, e regras para aprenderdes os primeiros elementos para a introdução das otras Sciencias; porque não he minha intenção usurpar a vossos Mestres, nem por isto adquiri-la para mim, que sou despida de vaidades. Ordenei esta Escolla para o uso dos meus proprios Filhos; e vendo o muito que aproveitaraõ com o methodo que nella vedes, me pareceo conveniente faze-la publica para beneficio vosso; pois se vos applicardes com diligencia ao que nella vos proponho, tereis a utilidade de em breve tempo aprenderdes sem castigo, e eu a gloria de concorrer para o vosso adiantamento. Deos vos guarde, e rogai-lhe por mim.¹⁴

Composto por sete capítulos, nem sempre uniformes, o texto apresenta uma narrativa didático-pedagógico para o ensino da leitura e escrita da língua portuguesa, instruções para aprender a aritmética elementar e um amplo compêndio de geografia sobre o “mundo em geral”. Dirigida “aos meninos da escolla” é destacado o caráter afetivo que busca imprimir ao considerar os possíveis leitores como “amados filhos”, afirmando que o método consiste em não castigar. Todavia, pode-se perceber, a partir dos conselhos e advertências relativas aos métodos de ensino, que a obra também era direcionada para o serviço dos Mestres na instrução das primeiras letras.

Sobre o método apresentado e enunciado como “novo” por Ameno, verificamos que se tratava de um conjunto de perguntas e

respostas, de modo que caberia ao Mestre, de forma oral, tomar as lições, e aos discípulos, de uso da memória, responder. Em linhas gerais, podemos inferir que o seu objetivo seria conduzir didaticamente a prática dos Mestres e estimular a autoaprendizagem das primeiras letras por parte dos alunos. De acordo com Ameno, as dificuldades de aprendizagem podiam estar associadas tanto ao “mau ensino”, como à ineficiência dos métodos utilizados.

[...] muitos meninos (principalmente nas terras do interior do Reino, em que os homens nascem, e se criaõ com menos agilidade por falta do trato, e communicaçãõ das gentes) havendo andado quatro, sinco, e seis annos na Escolla, ficaõ na mesma ignorancia, em que nascêraõ.¹⁵

Fiel ao enunciado no título da obra, Ameno inicia seu primeiro capítulo, dedicado à doutrina religiosa, denominando-o por *Instrucção Christã*. Através de orações e apreços a Cristo e à Santa Igreja Católica Romana, direcionará o ensino do ritual litúrgico aos meninos para que possam compreender o “modo de ajudar à Missa”. Em seguida, o autor apresenta um capítulo dedicado à *Instrucção Política*. O uso da noção de “política” adotado pelo autor pode denotar certo estranhamento. De acordo com Severino (2005) o conceito deve ser compreendido neste texto, através de seus diferentes significados:

Este termo sofreu uma grande evolução semântica ao longo dos últimos duzentos anos. No tempo de Francisco Luís Ameno significava já a “arte de governar um estado”; mas significava também, e essencialmente, o que hoje designamos por “urbanidade” ou “civildade”. Assim, além da arte ou ciência de governar, o pequeno manual oferece uma orientação ou um conjunto de directrizes que devem

reger a actuação de uma pessoa ou entidade; o modo civil ou cortês de proceder na relação com os outros, delicadeza de trato e civilidade.¹⁶

A partir desta ampliação conceitual sobre a enunciação de “instrução política” como possibilidade de gerenciamento sobre o indivíduo – uma arte do governo das condutas –, bem como as instruções, propriamente realizadas por Ameno para a rotina de um menino cristão, que nossa análise, em particular, foi sendo direcionada.

Literatura de Comportamento Social e a constituição do sujeito infantil

Nos séculos XVII e XVIII, Portugal vivenciou uma profícua e intensa publicação de manuais de bom comportamento e civilidade. Obras dedicadas aos aspectos valorativos e morais. Conforme conceituou a portuguesa Zulmira Santos, a *Literatura de Comportamento Social* abriga uma “vastíssima tratadística” e pode ser entendida como

um filão textual compósito, onde cabem escritos de vária natureza que podem estender-se das obras mais amplas sobre padrões de conduta mais exclusivos da corte, propondo modelos de príncipe, (...) de cortesãos, a escritos de cariz mais didático-moral, e até tratadinhos que privilegiam as artes da conversação, as formas de vestir ou as boas maneiras à mesa.¹⁷

A publicação de obras de cunho civilizatório vinha atendendo, desde o século XVI, a um anseio de codificar e controlar comportamentos. A editoração e circulação destas obras pretendia submeter discursivamente a sociedade às específicas regras sociais que eram partilhadas exclusivamente pela corte. Nesse sentido, obras como a aqui apresentada foram eficientes dispositivos para o controle social que

buscava “[n]as formas educativas, a gestão das almas e dos corpos, encerram[ndo] o indivíduo numa rede cada vez mais compacta”.¹⁸

Na sua tese de doutoramento, Carlota Boto já anunciava que manuais de catecismo para uso dos meninos tornaram-se compêndios de civilidade e urbanidade “ensinando a seus virtuais leitores e ouvintes as regras básicas de comportamento, as prescrições gerais de urbanidade e cortesia”.¹⁹ Ainda de acordo com a autora, era constante a presença, nestes manuais, de recomendações e procedimentos pontuais que deveriam ser utilizados em encontros e conversas. Tratava-se dos modos de falar, advertir, repreender e gracejar, mas também de como se vestir, do porte que se deveria andar e dos bons modos à mesa. Nesse sentido, “dependendo da orientação desse catecismo (que chegava muitas vezes a ser o livro com o qual o indivíduo travaria o maior contato, dentre todos os que manusearia durante toda sua vida), haveria um desdobramento da religiosidade para a vida civil”.²⁰

Com efeito, as regras contidas nos manuais de *Literatura de Comportamento Social* passaram a dar suporte tanto na educação escolar, como na não-escolar – aplicada pela família ou por tutores, mestres, preceptores, aias que cuidavam e educavam as crianças para uma vida virtuosa, baseada na moral cristã-católica, com bons costumes afim de apresentar um comportamento social exemplar, geralmente nobres. Desse modo, os manuais que compunham o gênero literário aqui analisado passaram a se tornar, quase que exclusivamente, referência de leitura para as crianças que estavam sendo educadas.

A historiadora Maria do Carmo Rainho, em sua pesquisa sobre tratados de etiquetas e civilidade, contribui com nossa análise ao discorrer que esses manuais circularam amplamente na América portuguesa até o início do século XIX. De acordo com a autora, toda literatura de civilidade tinha cunho pedagógico, embora alguns fossem específicos para a vida na corte. Na concepção da autora estes manuais designavam:

um conjunto de regras que não têm a realidade dos gestos que as efetuam. Sempre enunciada como o modo de dever ser, a civilidade visa transformar em esquemas incorporados, reguladores, automáticos e não ditos de condutas, as disciplinas e censuras que ela enumera e unifica numa mesma categoria.²¹

A utilização destes manuais para o ensino das Primeiras letras – ler, escrever e contar – teve seu declínio ainda no início do século XIX, momento em que se evidencia a circulação de uma literatura mais específica para o ensino das crianças. Os manuais publicados na língua portuguesa que instruíam à arte da leitura, escrita e contagem, geralmente, apresentavam uma narrativa simples, com a utilização de uma linguagem quase coloquial. Todavia não abandonaram o modelo prescritivo de aconselhamento através de um discurso edificante da moral cristã.

A análise de manuais, tratados, compêndios, missais, e outros escritos da época, ganha sentido à medida em que os enquadrados como *Literatura de Comportamento Social*. Isto porque estas obras se dedicavam, pelo menos em parte, aos aspectos valorativos e morais na formação dos meninos, bem como promoviam o controle do corpo e da aparência através de sua disciplina e dos distintos *dispositivos*²² normativos e modeladores do comportamento social pueril.

A disciplina posta em funcionamento pela doutrina cristã das virtudes promovia o assujeitamento e acolhimento da criança a um conjunto muito específico de virtudes morais (a prudência, a fortaleza, a temperança, a justiça) associadas com as virtudes que regulavam as relações entre os sujeitos cristãos (o respeito, o trato, a responsabilidade) e as virtudes teológicas (fé, esperança, caridade). Não obstante, podemos identificar a moral como sendo uma forma de comportamento em que o indivíduo se torna sujeito a partir das normas e deveres estabelecidos e sancionados pela Igreja.

Foucault chama de moral o amplo campo da problematização da conduta. Afirma que em toda moral há, pelo menos, três elementos que se articulam com uma relativa autonomia: o código moral, que prescreve as regras de conduta; a moralidade dos comportamentos, que é a conduta que se pode medir por aquelas regras e a ética, caracterizada pelas modalidades de relação consigo estabelecidas pelo sujeito moral quando segue uma ou outra regra.²³

Por sua vez, as técnicas disciplinares, que atuavam diretamente sobre os corpos dos indivíduos, eram compostas por um conjunto de dispositivos de *poder* e de *saber*, com base na vigilância hierárquica permanente da rotina do menino cristão, com vistas à normalização do seu comportamento. Nesse sentido, a instituição escolar e eclesiástica, bem como a atuação de Mestres, tutores e aias na educação infantil ganhou um papel fundamental: o de implementar esses mecanismos normalizadores.²⁴ Tornando, assim, as crianças sujeitos dóceis, de comportamento social desejável – atitudes polidas nas relações sociais,

tanto no âmbito público, como privado.²⁵ Cuidados com a aparência do corpo (os gestos, as expressões faciais, a limpeza), com o modo de vestir (que revela ou esconde a posição social), e de se portar à mesa, assim como o domínio dos rituais de cortesia e etiqueta são características da nobreza e da alta burguesia. Como afirma o historiador francês Chartier, era “obrigatório controlar as emoções e dominar os impulsos, distanciar-se do corpo e aumentar o nível de recato, transformando preceitos em comportamentos, normas em *habitus* e escritos em práticas”.²⁶

De acordo com Michel Foucault, a disciplina que garantiria o controle dos corpos – visando sua docilidade, tornando-os úteis e produtivos, submissos e obedientes – produz ferramentas para compreendermos o processo de construção da normatização das condutas, que se dão sempre imersas nas relações de poder, “constrói quadros; prescreve manobras; impõe exercícios; enfim, para realizar a combinação das forças, organiza ‘táticas’”.²⁷ Diante deste processo de disciplinamento, o espaço e o tempo são rigorosamente cerceados e controlados, administrando, assim “uma nova maneira de gerir o tempo e torná-lo útil, por recorte segmentar, por seriação, por síntese e totalização”.²⁸

Portanto, diversos são os dispositivos e mecanismos que podem ser colocados em práticas para regular o tempo e espaço do sujeito infantil, modelar seu corpo através do controle de gestos e condutas disciplinadas. Nesse estudo, identificamos, a partir da narrativa de Francisco Ameno, a organização de uma rotina para o menino cristão. O modelo proposto impõe uma série de comportamentos e valores, que articulados em torno

do pensamento religioso da época, constituem discursivamente um específico modo de ser sujeito infantil moral no Império português do final do século XVIII.

Prescrições para a rotina de um menino cristão

A enunciação “instrução política”, realizada por Ameno, é um dispositivo que atua sobre o gerenciamento da criança, regulando suas condutas e direcionando seus comportamentos. Identificamos na prescrição da rotina e nos espaços que foram cerceados para as crianças as relações de saber e poder que atuavam no seu controle e disciplinamento, evidenciando, assim, um modelo muito específico de educação, qual seja a educação eclesiástica não-formal. *Poder* na medida em que o autor traçou um conjunto de ações para conduzir a conduta, através de um campo limitado de possibilidades: separa, limita, dificulta, estende, impede. E *saber*, porque organizou um conjunto de enunciados, a partir do modelo e do conhecimento eclesiástico, manifestando em sua obra uma formação discursiva.²⁹

Foi com base nesse modelo de educação, que Francisco Ameno constituiu a sua narrativa, dedicando um capítulo exclusivo para a rotina do menino cristão. Trata-se de um compêndio de civilidade que prescreve como o menino deveria passar o dia tendo a formação católica como foco central. Como afirma J. Revel,

A aprendizagem da civilidade [...] permite disciplinar as almas por meio da coerção exercida sobre os corpos e impor à coletividade das crianças uma mesma norma de comportamento sociável, e tem a vantagem de permitir que a criança exerça sobre si

mesma constante controle de seu tempo, de suas ocupações e de suas atitudes. São regras que de manhã à noite, devem reger não só o exercício religioso e o trabalho escolar como o conjunto dos comportamentos cotidianos das crianças.³⁰

A rotina se inicia “logo que o Menino Christão acordar pela manhã, persigne-se com muita devoção, e levantando os olhos da Alma a Deos, dê-lhe infinitas graças”.³¹ Inicia-se, neste momento, um processo contínuo de orações, sendo que o menino deve ficar “ajoelhado diante da Imagem de Christo crucificado”.

Acabadas estas orações segue-se a higiene: “lavará as mãos, e o rosto, penteará o cabelo, e irá tomar a benção a seus Pais, ou Mestre, aos quaes com grande submissão dará os bons dias”.³² Nesse sentido, identificamos que a prática da higiene tornou-se uma proposição regular na *Literatura de Comportamento Social*, embora, ainda que associada a aspectos morais. A higiene, neste caso, estaria mais associada a um ordenamento disciplinar, que distinguia socialmente os sujeitos, do que à preocupação disciplinar médico e sanitária. Conforme refere o pesquisador português José Viegas Brás:

a higiene é um saber que é poder porque veio obrigar a uma certa contenção, uma domesticação dos afectos marcada por uma infinidade de micropenalidades que se gravam na memória e transformam todos e cada um ao longo da vida. A higiene, ao introduzir um padrão de comportamento, veio montar novos mecanismos de condicionamento social, veio exigir um novo pensamento, veio exigir novos cálculos. E tudo isto tem um duplo valor simbólico - tornou-se símbolo de sociedade bem educada e simultaneamente de pessoa de bem. ³³

No mesmo sentido que a prática da higiene introduziu um padrão de comportamento, os modos de alimentação também foram objetos de atenção e preocupação constantes nos manuais e tratados da *Literatura de Comportamento Social*. Durante o século XVIII a sociedade europeia ansiava pela normatização das regras de conduta à mesa, em meio ao processo de civilidade, que impunha mudanças de comportamento, o uso de novos utensílios, a modelação dos gestos e as regulações das ações foram impostos. De acordo com Norbert Elias os meios clericais foram fundamentais na incorporação destes ditames no comportamento da corte, ao observar que “a civilidade ganha um novo alicerce religioso e cristão”.³⁴ Francisco Ameno relata como um menino deveria se portar “Se o chamarem para almoçar”. Dever-se-ia agir “com muita modestia, sem dar mostras de seu appetite, e procure que o almoço seja tal que lhe não offusque as potencias: pois sendo moderado, ficará habil para applicar-se a qualquer Arte liberal”.³⁵ Exemplo de modelação dos gestos durante a refeição e sua relação com valores morais católicos podem ser percebidos no seguinte excerto do manual:

No comer, e beber guardará modéstia, limpeza, e temperança; modéstia, não mostrando desordenado appetite: limpeza, não sujando os dedos, nem os beiços, nem tomando o comer nas mãos mais que com tres dedos: temperança, não comendo com glotonaria, que he próprio de irracioanes, nem bebendo a cada bocado: pois assim como no muito esterco se crião muitos bichos, assim a abundancia de manjares gera multidão de pensamentos torpes, e deshonestos. Da temperança, diz S. Nicoláo Abbade, nasce a castidade; e a gula he Mãe da sensualidade.³⁶

Aspectos morais são introduzidos na rotina alimentar da criança, cabendo, então ao menino cristão, a posição mais humilde. Segundo Ameno, “Se seus Pais, ou algum parente, ou amigo o pozerem á meza, ponha-se no lugar mais infimo, e não tome assento; até que os mais não occupem o seu; nem comece a comer, sem que se lance a benção á Meza”.³⁷ Ainda podemos perceber a dimensão católica dada, tornando o hábito da alimentação uma ritualística religiosa, como por exemplo: “Se pedirem ao Menino que faça as bênçãos no momento da refeição, este deve, em latim, pronunciar: *“Benedic, Domine, nos, et bac tua dona, qua de tua largitate sumus sumpturis. Per Christum Dominum nostrum. Amen”*”.³⁸

A polidez, a cortesia e o refinamento na prática da alimentação foram amplamente associados aos hábitos de uma sociedade que buscava incorporar modelos de comportamento nobres. Nesse sentido, a prática da alimentação tornou-se uma ritualística minuciosamente regrada. Todavia, estas práticas não estavam dissociadas do pensamento e das virtudes cristãs. Assim, a alimentação, além de ter finalidade utilitária, também estava pautada de uma série de atividades virtuosas (humildade, caridade, generosidade, benevolência, simplicidade, etc.) e atos moralmente bons.

Se no prato lhe lançarem maior porção que a que póde comer, separe aquella parte, que lhe parece bastante para si, e a outra deixe intacta; pois he contra a política manusear o que outrem há de comer. [...] Os ossos, e desperdicios, ponha-os em parte onde se não vejão, durante a comida, e quando lhe tirarem o prato, ponha-os nelle com dissimullação: provar o majar, ou manjares que lhe pozerem, he cortezia, e glotonaria acaballo todo.³⁹

Se comer com outro no mesmo prato, conforme-se com o manjar, que lhe couber por sorte á sua parte, sem atravessar a mão, escolhendo o melhor. [...] Quando lhe pedirem faca, ou outra couza, que tenha ponta, offereça-a pelo cabo, pegando-lhe pela ponta, para que assim não moleste a quem receber.⁴⁰

No fim do comer, limpe a boca, e as mãos, para tirar dellas a gordura, que com o tacto se lhe houver pegado: e espere que os de mais comecem a dar graças a Deos.⁴¹

Sempre depois de comer se segue dar graças a Deos pelos beneficios, que recebemos de sua liberal, e poderosa mão, e a este inexcusavel acto, a execução de suas precisas obrigações; porém á ceia, que he com que terminão as obras do dia, se segue o descanso; mas este não há de tomar tão depressa, que da meza vá logo para a cama, se não passear hum breve espaço de tempo, ou lêr em algum bom livro, tocar, ou cantar couza, que não seja deshonesta.⁴²

Ao final destes excertos, evidenciamos a indicação de alguns hábitos que deveriam ser realizados após a alimentação, como forma de descanso. Neste caso, sugeria a leitura e a música, contudo que se estivesse atento, pois tanto poderiam ser benéficas para o menino como poderiam lhe avultar um espírito desonesto. Estes hábitos a serem cultivados não deveriam ser corrompidos com leituras perniciosas, nem com músicas que não preservassem os bons costumes. Ainda que contrário ao discurso cristão-religioso, Francisco Ameno não admite a falta de decoro, e, em casos de atitudes desonestas não seria demasiada a justiça pela própria espada: “por não dar motivo a que lhe digão o que hum Filosofo disse a certo mancebo de bella presença, disposição, ouvindo-o cantar deshonestamente: Não te envergonhas de tirar de huma bainha dourada, e formosa, huma espada de chumbo”.⁴³

Como percebemos, a rotina de um menino cristão está sendo descrita na narrativa de Francisco Ameno a partir de uma minuciosa ritualística. Tudo era meticuloso e ordenado, devendo ser a postura, os gestos e as saudações muito discretos. A valorização deste “bom comportamento” por meio de certas estratégias de regulação induziam à criança a comportar-se como se houvesse um permanente olhar sobre ela – dos pais, dos religiosos, dos mestres, ou mesmo, na ausência destes, o olhar divino. Nessa perspectiva, podemos compreender a descrição de uma rotina como sendo um disciplinamento orgânico do espaço em que o menino ocupa. Assim,

Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico.⁴⁴

Da mesma forma que o controle do corpo, nos espaços privados e de sociabilidades, deveria ser moderado por gestos contidos, nos espaços públicos e sociais, “Indo pela rua, seja com passos meí commedidos, e iguaes; pois o andar correndo, ou aceleradamente, denota juízo muito diminuto”.⁴⁵ Neste caso o menino que não tivesse atitudes comedidas e controle do corpo poderia ser visto como desajustado, insano, louco: “No mover dos olhos seja modesto, não espalhando a vista a huma, nem a outra parte; porque a ligeireza nos olhos denota pouco assento na cabeça”.⁴⁶

Dentre os possíveis espaços públicos em que o menino transitava na sua rotina, Ameno descreve que o caminho da escola deveria se dar

através de tempo e espaços cerceados, com poucas intervenções, para não atrapalhar a sua rotina regulada:

Quando for para a Escola, se encontrar na rua alguma couza que seja digna de ver, de passo. sem a seguir, nem ficar em conversação com os que estão perdendo tempo. Mas se alguém lhe perguntar alguma couza, que o obrigue a dilatar-se, responda com brevidade, sem que se demore em digressões.⁴⁷

Visando à edificação moral do sujeito infantil, a preocupação com sua cortesia também foi objeto de preocupação de Francisco Ameno. A fineza, a reverência, a gentileza e delicadeza, são condições de uma urbanidade que se instaurava numa sociedade que intercambiava comportamentos com os principais centros europeus. Distinguiria o menino que havia recebido educação daqueles desatentos e grotescos. Assim, nas palavras de Ameno, caberia ao menino:

Se na rua se encontrar com alguma pessoa de maior qualidade que a sua, tirará o chapeo, e fará cortezia correspondente ao seu estado, e qualidade, cedendo-lhe o melhor lugar para o transito; uzando de especial atenção com os Sacerdotes, e Religiosos, aos quaes deve respeitar como Ministros de Deos.⁴⁸

Quando for em companhia de outrem, dê-lhe o lugar da mão direita, não sendo seu criado, ou de seus Pais, Mas se lhe instarem que ocupe o melhor lugar, aceite o, não sendo demasiadamente importuno, e mostre-se agradecido a quem lhe fizer este beneficio. Despedindo-se da companhia, faça-lhe cortesia com o chapeo na mão, sem se mover do lugar que estiver, até que os mais se retirem.⁴⁹

Quando alguém espirrar, diga *Dominus tecum*, e se lho disserem espirrando elle, responda *Etiam tecum*, sendo hum só, e se forem mais as pessoas, diga *Etiam vobiscum*.⁵⁰

No século XVIII europeu a prática da conversa sofreu diferentes contornos, tendendo a se transformar em uma arte. Discorrer sobre política, negócio, arte, literatura, entre outros assuntos poderiam demonstrar o grau de polidez, de espírito, bem como de cultivar amizades. De acordo com o filósofo Roman Krznaric, o período em análise tornou-se “a era da conversa brilhante”, sua prática era distinta do ato de apenas informar, podendo se tornar um prazer. Todavia, havia algumas restrições, por exemplo, as mulheres não deveriam sobrecarregar seus maridos com problemas e as crianças eram “encorajadas a reprimir seus sentimentos”.⁵¹ Para Ameno, “A conversação do Menino Christão seja honesta, virtuosa, verdadeira, e suscinta; pois do muito fallar nascem muitos defeitos; e não há couza de mais perigo, nem de menos authoridade, que a demasia de palavras”.⁵²

Durante a “comunicação das gentes” o Menino deve observar uma série de normativas:

Não se assentar estando os mais em pé, e estando assentado não se recostar sobre o assento alheio, nem bater com as mãos: não cruzar hum pé sobre outro, nem fallar em segredo com alguém, estando em companhia de outros: não diga, nem deveras, nem zombando couza de que ao proximo possa resultar algum prejuízo na honra, ou na fama; porque ainda que o infamador se retrate, como a nossa natureza he mais inclinada ao mal, que ao bem, sempre fica na opinião primeira.⁵³

A recorrência de certas normativas que controlam gestos e expressões corporais visavam garantir a boa feição da aparência corporal. Neste caso, uma série de interditações são postas, como coçar a cabeça,

gesticular com as mãos e cuspir podem ser vistos como sinais embaraçosos.

Diante dos Pais, Mestres, e pessoas graves, não se cubra, nem se assente sem que o mandem, e assentado na conversação, não limpe a cera dos ouvidos, nem esgravate os narizes: e se alguma pessoa lhe der alguma carta na conversação, não leia sem pedir licença, e para a ler se retire á parte.⁵⁴

Norbert Elias, na obra *O Processo Civilizador*, assinalou as incessantes prescrições de “decoro corporal externo” – postura, vestuários, expressões faciais – que eram amplamente publicadas através de tratados na Europa desde o final da Idade Média, buscando atender a uma necessidade de *civilité* da época. Este processo histórico, firmado por descobertas científicas, por distintas formas de governo de Estados ou de outras instituições, contribuíram edificadamente para que o comportamento social e a expressão de emoções alterassem sua forma e padrão.⁵⁵

Assim, neste processo civilizador, o controle e retração dos gestos, dos portos depurados ganharam proeminência, o pudor, a inibição e o ocultamento de partes do corpo também foram incorporados aos bons costumes. A produção do sentimento de vergonha tornou-se objeto constante em manuais de comportamento social, uma vez que garantia o cumprimento das regras morais e de ordenamento social vigente à época. Esta estratégia que disciplina os corpos, numa perspectiva foucaultiana, pode ser entendida como um gerenciamento econômico dos corpos, uma vez que instituiu no próprio sujeito o sentimento de se autovigiar, de controlar a si próprio, colaborando na produção daquilo que Michel

Foucault chamou de corpos disciplinados e dóceis. Essa dimensão ganhou nos escritos de Ameno, realce mais amplo, na medida em que associa o pudor ao sentimento de pecado, nas palavras do autor o menino:

Quando se deitar, não se dispa diante de outro; ou ao menos seja com tal recato, que não descubra parte alguma do corpo; nem veja ao que está despido, ainda que a invencível casualidade lho proponha á vista: pois nossos primeiros Pais Adão, e Eva, logo que se virão nus, pela perda da original graça, se encherão de confusão, e vergonha, e se vestirão das folhas mais ásperas que acharão, para que a hum mesmo tempo occultassem a sua torpeza, lhes servisse de cilício para refrear a concupiscencia que sentia, e a rebelar-se contra a razão.⁵⁶

Outro aspecto que chama atenção na obra de Francisco Ameno é a prudência com que o menino devia ter com as companhias. Tratando-se de um período em que, na Europa, as redes de amizades são valorizadas, mas que ainda não estão em evidência. De acordo com a historiadora francesa Anne Vincent-Buffault, a família ocupava lugar central e a amizade seria suplementar, “estabelece redes de influência, inventa lugares de convivência e laços de resistência enquanto se multiplicam para maioria as oportunidades de encontros e de interações”.⁵⁷ Nas palavras de Ameno, o aconselhamento à “boa” amizade tem um realce moral-religioso:

A companhia, que deve buscar o Menino Christão, ha de ser a mais virtuosa, igual á sua pessoa, em qualidade, e esfera. Só he bom para companheiro, e amigo, o que ama a Deos; pois este não póde deixar de amar ao proximo. Não há couza que compare com o amigo fiel; e o que o acha, acha hum thesouro.⁵⁸

As principais devoções de Menino cristão são “a Missa, o Rosario, a Confissão, e a Communhão”.⁵⁹ Na rotina do menino, os preceitos

religiosos são constantes e predeterminados: “quando pela manhã, ao meio dia, e á noite ouvir tocar ás Ave Marias” deverá, então, o menino cristão fazer uma oração (em latim) como forma de modéstia. As práticas religiosas configuram o máximo e exaustivo, note-se que ao ouvir o “Relógio dar horas” deverá o menino dizer: *“Bem dita, e louvada seja a hora, em que meu Senhor Jesus Christo encarnou, nasceu, morreu, resuscitou, e subiu aos Céos: meu bom Jesus, tende piedade, e misericórdia de mim, agora, e na hora da minha morte. Amen”*.⁶⁰ Ainda, existia a prescrição de saudações, agradecimentos e cumprimentos, como o caso de “tirar o chapéu” – prática marcadamente masculina. Privar-se da própria cobertura poderia tanto denotar admiração, respeito e gratidão, como sinal de humildade ao adentrar a Igreja, ou mesmo avistar uma imagem sacra. Então, no caso do Menino Cristão se deparar, em sua rotina, deveria inclinar “exteriormente a cabeça, tirando o chapeo, e diga com muita devoção”: *“Seja bendito, louvado, e glorificado, meu Senhor Jesus Christo, e sua Santíssima Mãe nos Céos, e na terra”*.⁶¹

O final da rotina prescrita seria marcado por um rito religioso no momento de dormir:

Entrando na cama, presigne-se, benza-se, e faça hum Acto de contrição: diga a Confissão com esperança de seguir, que Deos lhe perdoe as suas culpas, e reze hum Padre Nosso, e huma Ave Maria ao Anjo da sua guarda, outro Padre Nosso, e outra Ave Maria ao santo do seu Nome, pedindo-lhes o livrem de todo o mal; e huma Salve Rainha á Virgem Nossa Senhora, a quem pedirá lhe dê pureza no corpo, e Alma.⁶²

Um aspecto recorrente na obra de Ameno é a obediência como fator de desenvolvimento moral da infância. A formação moral dos meninos deveria estar pautada pela exigência do respeito e da obediência

aos pais. Estas eram estratégias utilizadas para desenvolver hábitos de mansidão, brandura e paciência, como podemos perceber no seguinte enunciado:

Na obediencia para com seus Pais deve ser prompto, alegre, soffrido, sem que se lhe offereção razões de duvidas para executar os seus mandatos; nem se altere, emprendendo disputas; persuadindo-se a que o que lhe mandão, he sempre o mais conveniente, e o melhor.⁶³

A moral cristã estava reiteradamente marcada. A adoração a Deus, as súplicas de misericórdia, de justiça divina, de sua onipresença, o louvor ao seu “bemdito nome” são prerrogativas que deviam estar nas orações. A vigilância divina “considerando, que ainda que em todo o lugar vive, e domina Deos, e que em todo lugar deve temer, no Templo sagrado [Igreja] se hade temer, adorar, e reverenciar”.⁶⁴

A presença constante das práticas recreativas na *Literatura de Comportamento Social* evidencia a preocupação com que os benefícios destas atividades podem trazer à mente e ao corpo das crianças. Todavia devia-se ter o cuidado para que não fossem degeneradoras, ao olhar de Deus, ou causar certos vícios. O seguinte excerto demonstra como os jogos de recreação tanto podem robustecer o corpo, como desenvolver o espírito.

A recreação, e divertimento do Menino deve ser a que não sendo fastidiosa, nem repugnante a Deos, e á pessoa, dignidade, ou nobreza que goza, recrea, e alegra o Espirito, fortifica, e augmenta as forças corporaes, na qual resplandece alguma elegância, urbanidade, engenho, graça, ou galanteria no dizer: pois há recreações indignas de homens honrados, e por consequência de Meninos bem nascidos.⁶⁵

A narrativa de Ameno também fazia referência aos modos de vestimenta do menino, de como este deveria evitar luxos e manter-se sempre prezado. Norbert Elias já enunciava a ideia de que o vestuário é o corpo do corpo e que a maneira de vestir revela o estado da alma. Assim, “Quanto ao vestido, deve ser honesto, limpo e não de muito custo; pois o superfluo ornato do corpo, além de ser traça que consome a fazenda, costuma ocasionar desnudez, e pobreza á Alma”.⁶⁶ Depreende-se desta passagem que aquilo que é revelado e o que se oculta do corpo devem identificar a sensibilidade do menino em relação aos preceitos e interdições promovidos pela Igreja.

Sendo assim, ficou evidente que o discurso produzido por Ameno assujeita a criança, desde sua tenra idade, a determinados princípios e normas, com o sumo objetivo de que mais tarde venha a reproduzi-lo. É neste viés que o manual pedagógico articula um conjunto de poderes e saberes que se estendem desde os domínios do corpo e do espírito às aprendizagens da leitura, escrita e contagem.

Considerações Finais

O conjunto dos excertos, selecionados da obra aqui analisada, evidencia a possibilidade de se compreender o processo de constituição do sujeito infantil a partir de um discurso religioso do século XVIII, através de três aspectos. O primeiro instituiu uma educação estritamente calcada nos preceitos morais cristão-católicos. Nesse sentido, o menino estaria espiritualmente amparado desde “Quando sahir de caza, arme-te com o signal da Cruz, e encaminhando os passos para a Igreja, diga

fallando com Deos”.⁶⁷ O pleno domínio das tribulações da alma, através da bondade, retidão, modéstia, o livrariam de todas transgressões como os vícios, intemperanças, desonestidade, em suma as perdições que a vida em pecado poderia lhe assombrar. O segundo, parece revelar o domínio do seu corpo. Guiado por normativas e regras que fariam com que o menino desenvolvesse hábitos de higiene, condutas apreciáveis à mesa, gestos moderados e controlados, modos apurados para conversar e brincar, e se apresentasse cuidadosamente limpo e vestido, demonstrando sentimentos regulados e de pudor. Terceiro, que conjuga suas relações sociais e familiares. Ao cultivar a obediência e submissão aos pais, aos mais “doutos” e aos sacerdotes, o menino ao interagir, seja no âmbito público ou privado, devia ser cortês, polido, cordial e refinado, de modo a apresentar aparência social urbana e civilizada.

Nesta perspectiva de análise da constituição moral do sujeito infantil e utilizando a noção foucaultiana de *dispositivo* e *disciplinamento*, encontramos subsídios que possibilitaram evidenciar a infância como sendo uma fabricação discursiva da modernidade. Este discurso, que engendrou relações de poderes e saberes religiosos, instituiu específicas formas de ser sujeito infantil masculino, cristão letrado, em Portugal, no século XVIII. O uso de dispositivos e mecanismos de regulação foram ferramentas eficientes para o controle e cerceamento do tempo e espaço, promovendo a docilidade e eficiência do menino cristão.

Observa-se, ainda, que obras como a aqui analisada foram importantes estratégias discursivas para acelerar o ordenamento da sociedade lusitana. A inferência mais direta da Igreja buscava, além de

estreitar os laços de fé e devoção de uma população marcadamente católica, propagar a civilidade e os bons costumes aos que pudessem causar desordens e estavam aquém dos padrões morais estabelecidos pelo poder eclesiástico.

O discurso moralmente edificante manifesto por Francisco Ameno, em grande parte, se assemelha ao pensamento setecentista europeu que enunciava a criança como indivíduo suscetível ao pecado, à delinquência, à preguiça, à tagarelice. Nesse sentido, a infância deveria ser moldada, conformada, esquecida ou, ao contrário, tornada dócil, eficiente e produtiva. A filósofa Elizabeth Badinter descreve esse pensamento constante sobre a infância no século XVIII:

É preciso, portanto, livrar-se da infância como de um mal. O fato de todo homem ter sido antes necessariamente criança é que constitui a causa de seus erros. A criança não só é desprovida de discernimento, não só é dirigida pelas sensações, como, além disso, é banhada pela atmosfera fétida das falsas opiniões. [...] A desgraça é que as opiniões adquiridas na infância são as que marcam mais profundamente o homem.⁶⁸

Essa construção discursiva sobre a infância, durante o século XVIII no Ocidente, progressivamente se impôs como condição de possibilidade para colocar a criança como objeto central da família e da sociedade no século XIX. Nessa perspectiva, a criança, além de ser objeto de investimento econômico e educativo, se tornará sujeito de amplo afeto e de constante assistência. Assim, a infância passou a ser motivo de preocupação de diferentes áreas sociais – Pedagogia, Psicologia, Antropologia, História –, bem como de outros campos científicos como a

Medicina, a Economia, a Estatística, entre outros que lhe categorizaram em particular.

Por fim, cabe destacar que a análise da obra escrita por Francisco Ameno, aqui enquadrada no gênero da *Literatura de Comportamento Social*, mostrou-se importante para a apreciação das práticas educativas, entendidas como práticas culturais e sociais – não exclusivamente institucionalizadas no âmbito escolar – que tiveram primazia durante a expansão das práticas de leitura e escrita, no século XVIII, para estabelecer um conjunto de regras morais e da prescrição de condutas modelares que visavam à constituição do sujeito infantil.

Recebido em 28/09/2015

Aprovado em 12/06/2017

Notas

* Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, bolsista produtividade PQ2 do CNPq, pesquisadora do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE/UFPel). Email: gianalangedoamaral@gmail.com

** Doutorando em Educação na Universidade Federal de Pelotas na linha de pesquisa Filosofia e História da Educação. Membro do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE/UFPel). Email: fernandoripe@yahoo.com.br

¹ O significado da categoria infância, na contemporaneidade, é genérico, pois além de permitir inúmeras definições, também decorre do sentido social e cultural que lhe é atribuída. De acordo com Kullmann Jr. as definições dicionarísticas, em língua portuguesa, consideram-na como período de crescimento, que vai desde o nascimento até a puberdade. Para além do período cronológico e biológico, o autor destaca sua aceção legislativa no Brasil que considera a criança até os 12 anos de idade incompletos e adolescente entre os 12 e os 18 anos. KULLMANN JR., Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2015. p. 16. Sobre a infância como categoria, veja-se: QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, vol. 36, n°. 02, maio/ago., 2010.

² Philippe Ariès, na obra *História social da criança e da família* discorre sobre a compreensão acerca do fenómeno da infância. Ao discutir as “idades da vida”, Ariès mostra que a consolidação de um significado moderno para o termo “infância” ocorreu apenas em meados do século XVII, entre a burguesia francesa. Ver: ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

³ Em Ripe e Amaral (2017) apresentamos um conjunto de obras que foram publicadas e/ou traduzidas em Portugal entre o final do século XVII e o século XVIII, que versaram sobre os cuidados relativos à infância. RIPE, Fernando; AMARAL, G. L. O dispositivo da cultura escrita na constituição do sujeito infantil moderno: evidências em impressos portugueses (finais do século XVII e século XVIII). **Revista Maracanan**, v. 16, p. 106-128, 2017.

⁴ O primeiro arrolamento de manuais de comportamento social publicados em Portugal foi levado a cabo por LEAL, Ivone. *Bibliographie des Traités de Savoir-Vivre Portugais*. In: **Bibliographie des Traités de Savoir-Vivre en Europe du Moyen Âge à nos jours**. Vol. II: Italie-Espagne-Portugal-Roumanie-Norvège-Pays Tchèque et Slovaque-Pologne (sous la direction d’Alain MONTANDON). Clermont-Ferrand: Université Blaise-Pascal /Association des publications de la Faculte des Lettres et Sciences Humanines, 1995, p. 195-232.

⁵ CHARTIER, Roger. **Do palco à página**: publicar teatro e ler romances na época moderna, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. p.98.

⁶ SEVERINO, Isa Margarida V. **A Escola Nova Cristã e Política de Francisco Luís Ameno – edição e estudo de aspectos linguísticos e pedagógico-didáticos**. Mestrado, Universidade de Aveiro, Portugal, 2005. p. 20.

⁷ Sobre a infância como categoria constituída historicamente e o seu processo de invenção na modernidade ver ARIÈS, P. op. cit.

⁸ RESENDE, Haroldo de. (Org.) **Michel Foucault**: o governo da infância. (Coleção Estudos Foucaultianos). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 7.

⁹ Idem.

¹⁰ No campo da *História da Educação* verificamos a ocorrência de apenas um estudo que abordou a obra *Escola Nova, Cristã e Política*. Vale destacar a dissertação de Mestrado no campo da Literatura, ainda que através de um diferente enfoque e perspectiva, da portuguesa Isa Maria Vitória Severino, defendida em 2005 na Universidade de Aveiro. A partir de uma análise metalinguística, Severino, recuperou uma edição incompleta da obra *Escola Nova* do ano de 1756 na intenção de descrever a biografia do tipógrafo Francisco Luís Ameno e de perceber as condições de aparecimento e de divulgação do pequeno manual lexicográfico da língua portuguesa publicado por ele.

¹¹ SEVERINO, I. op. cit., p. 77. Ainda sobre este assunto sugerimos a leitura de FERREIRA, António Gomes Alves. **A criança no Portugal de setecentos, contributos para o estudo da evolução dos cuidados e atitudes para com a infância**. Doutorado, Universidade de Coimbra, Portugal, 1996. p.491.

¹² SEVERINO, I. op. cit., p. 22.

¹³ Sugerimos consultar a lista completa das editorações realizads po Francisco Ameno em Anexo I de SEVERINO, I. op. cit.

-
- ¹⁴ AMENO, Francisco Luís. **Escola Nova, Christã, e Política**. Bahia: Typog. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1813. pp. 2-3.
- ¹⁵ AMENO, F. op. cit., pp. 57-58.
- ¹⁶ SEVERINO, I. op. cit., p. 81.
- ¹⁷ SANTOS, Zulmira C. Lei «política», lei «cristã»: as formas da conciliação em Academia nos montes, e conversações de homens nobres (1642) de Manuel Monteiro de Campos. In: **Península Revista de Estudos Ibéricos**. Portugal, 2004. pp. 307-318. p. 307.
- ¹⁸ REVEL, J. As práticas de civilidade. In: ARIÉS, Philippe. DUBY, Georges, D. **História da vida privada: Do Renascimento ao Século das Luzes**, V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 170.
- ¹⁹ BOTO, Carlota. **Ler, escrever, contar e se comportar: a escola primária como rito do século XIX português (1820-1910)**. Doutorado, USP, São Paulo, 1997. p. 19.
- ²⁰ Idem.
- ²¹ RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. A distinção e suas normas: leitura e leitores dos manuais de etiqueta e civilidade – Rio de Janeiro, século XIX. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1-2, jan./dez., 1993. p. 141.
- ²² A noção de dispositivo, proposição do pensador francês Michel Foucault, possibilita a compreensão dos processos de normatização postos pelo discurso da modernidade. Foucault utiliza como ferramenta analítica a noção de dispositivo como um determinado agrupamento de práticas, que constituem o sujeito em meio a uma trama de saberes e em um feixe de forças que lhes são indissociáveis. Ver: FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade saber**. 14 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- ²³ CANDIOTTO, Cesar. A genealogia da ética de Michel Foucault. In: **Educação e Filosofia**. Uberlândia, v. 27, n. 53, p. 217-234, jan./jun. 2013. p. 221.
- ²⁴ Foucault define *sociedade de normalização* como aquela em que se cruzam a norma da disciplina e a da regulamentação, através de tecnologias de poder que cobrem toda a vida, do corpo humano ao coletivo. FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 302.
- ²⁵ Sugere-se: REVEL, J. As práticas de civilidade. In: ARIÉS, Philippe. DUBY, Georges, D. **História da vida privada: Do Renascimento ao Século das Luzes**, V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ²⁶ CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 29.
- ²⁷ FOUCAULT, M. op. cit., 1997, p. 150.
- ²⁸ Idem., p. 145.
- ²⁹ Sobre as relações de poder e saber sugiro consultar FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos IV: Estratégia, poder-saber**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- ³⁰ REVEL, J. op. cit., p. 176.
- ³¹ AMENO, F. op. cit., p. 39.
- ³² Idem., p. 40.
- ³³ BRÁS, José Viegas. A higiene e o governo das almas: o despertar de uma nova relação. Revista Lusófona de Educação, n. 12, 2008, p. 113-138. p. 113. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/viewFile/614/509> Acesso: 05/05/2015.
- ³⁴ Norbert Elias (1994, p. 111).

-
- ³⁵ AMENO, F. op. cit., p. 40.
- ³⁶ Idem. p. 44.
- ³⁷ Ibid.
- ³⁸ Ibid., p. 45.
- ³⁹ Ibid.
- ⁴⁰ Ibid.
- ⁴¹ Ibid., p. 46.
- ⁴² Ibid., p. 55.
- ⁴³ Ibid., p. 56.
- ⁴⁴ FOUCAULT, M. op. cit., 1997, p. 150.
- ⁴⁵ AMENO, F. op. cit., p. 41.
- ⁴⁶ Idem.
- ⁴⁷ Ibid., pp. 42-43.
- ⁴⁸ Ibid., p. 41.
- ⁴⁹ Ibid., p. 42.
- ⁵⁰ Ibid., p. 47.
- ⁵¹ KRZYNARIC, Roman. **Sobre a arte de viver: Lições da história para uma vida melhor.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.
- ⁵² AMENO, F., op. cit., p. 43.
- ⁵³ Idem., p. 46.
- ⁵⁴ Ibid., p. 47.
- ⁵⁵ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** Uma história dos costumes (vol.1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- ⁵⁶ AMENO, F. op. cit., p. 56.
- ⁵⁷ VINCENT-BUFFAULT, Anne. **Da amizade:** uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX. Trad. de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. p. 9.
- ⁵⁸ AMENO, F. op. cit., p. 42.
- ⁵⁹ Idem., p. 47.
- ⁶⁰ Ibid., p. 48.
- ⁶¹ Ibid., p. 42.
- ⁶² Ibid., pp. 56-57.
- ⁶³ Ibid., p. 43.
- ⁶⁴ Ibid., p.48.
- ⁶⁵ Ibid., p. 43.
- ⁶⁶ Ibid., p. 44.
- ⁶⁷ Ibid., p. 41.
- ⁶⁸ BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado:** o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 62.